

1.INTRODUÇÃO

A educação superior exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico do Brasil, e os cursos de licenciatura representam um eixo estratégico para a qualificação da educação básica. Nesse cenário, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, assumem protagonismo ao garantirem a oferta de licenciaturas, com o objetivo de formar docentes, especialmente para as disciplinas de Ciências e Matemática, sendo parte indissociável do compromisso dos IFs com a transformação social e educacional.

Apesar da ampliação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação superior, os dados evidenciam que os cursos de licenciatura enfrentam desafios estruturais, como baixa ocupação de vagas, alta evasão e número reduzido de concluintes, mesmo nas instituições públicas. Esse cenário suscita reflexões sobre a atratividade desses cursos, a efetividade das políticas institucionais e a necessidade de articulação entre as esferas educacionais para garantir o sucesso formativo desses futuros professores.

Considerando o papel dos Institutos Federais na ampliação da oferta de vagas na educação superior, este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica acadêmica dos cursos de licenciatura presenciais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), no período de 2017 a 2023. Essa dinâmica acadêmica contempla indicadores como: número de vagas ofertadas, inscritos, ingressantes, matrículas e concluintes, baseada em dados disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Ao investigar as variações da dinâmica acadêmica, o estudo busca contribuir para a compreensão do desempenho institucional, apresentando subsídios para a avaliação das políticas educacionais adotadas pelo IFSC .

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS DE ACESSO E O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS

As políticas de acesso à educação superior no Brasil passaram por transformações significativas nas últimas décadas, refletindo um movimento contínuo de expansão e democratização do ensino, tanto no setor público quanto no privado. Essas mudanças estão inseridas em marcos históricos das políticas governamentais, em eixos estruturais de expansão, acesso e inclusão educacional. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi um marco na regulamentação do sistema educacional brasileiro e a partir disso diversas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de ampliar a oferta de vagas e democratizar o acesso de estudantes na educação superior no Brasil.

Entre essas iniciativas, destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 2001; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), lançado em 2004; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007; a criação dos Institutos Federais (IFs), em 2008; o Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010; além da reformulação do ENEM e da promulgação da Lei de Cotas, ambas em 2012.

O conceito de acesso à educação superior, conforme apresentado por Veloso e Maciel (2015), enfatiza que é multifacetado e deve ser abordado como uma categoria empírico-analítica, englobando não apenas o ingresso mas também a permanência e a qualidade da formação. As definições no que se refere à compreensão sobre acesso e permanência evidenciam as seguintes contradições: o acesso é materializado como ingresso e não como uma relação que compreenda ingresso, permanência e sucesso acadêmico; em detrimento de tal condição é possível identificar o desenvolvimento de programas específicos para permanência. A separação entre as diferentes estratégias demonstra a falta de políticas que

fortaleçam as Instituições de Ensino Superior (IES), ou mesmo a falta de uma política para a educação superior e que considerem o acesso indissociável da permanência, uma vez que ambos os processos tem por objetivo o sucesso na trajetória acadêmica.

A partir da segunda metade da década de 1990, o país assistiu a um novo e expressivo avanço na expansão da educação superior, notadamente pela via privada. Em 1995 o Brasil contava com um total de 894 Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas, treze anos depois, em 2008, esse número já havia passado para 2.252 (Inep, 2009), revelando um crescimento de 151,9%. Nesse cenário, o setor público cresceu 12,4%, passando de 210 para 236 instituições, enquanto a expansão do setor privado foi bem mais acentuada, na casa de 194,7%, passando de 684 para um total de 2.016 estabelecimentos de ensino (Sousa, 2010).

Segundo Dias Sobrinho (2010, p. 21), “A expansão quantitativa da educação superior, embora necessária, é insuficiente se não vier acompanhada de um projeto pedagógico e institucional que garanta qualidade socialmente referenciada. A criação de novas vagas (como as do REUNI e dos IFs) deve estar articulada a condições materiais, formação docente e compromisso ético com a transformação social”.

Quanto à ampliação do acesso, a criação dos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ampliou o ingresso na educação superior da rede pública, promovendo ofertas para além da educação profissional integrada ao ensino médio e cursos técnicos, verticalizando os seus itinerários formativos através da oferta de vagas, também para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, art. 2).

Nesse contexto, os IFs desempenham um papel fundamental na interiorização e na diversificação da oferta de cursos superiores, especialmente nas modalidades de licenciatura e tecnologia. A oferta de cursos de licenciatura prevê atenção à determinação legal que estabelece aos Institutos Federais a destinação de, no mínimo, 20% da oferta de suas vagas para essa finalidade, visando à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de Ciências e Matemática.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu artigo segundo, discorre que:

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando- se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

A legislação assegura que, no âmbito dos Institutos Federais, podem ser ofertados cursos em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008, art. 7º, VI).

2.2 PANORAMA DO ACESSO NOS CURSOS DE LICENCIATURAS NO BRASIL

O acesso aos cursos de licenciatura no Brasil estão contemplados nas políticas educacionais ao longo dos últimos anos, sobretudo considerando os desafios relacionados à formação e à valorização dos profissionais da educação básica. Diante desse contexto, ao analisar a evolução do ingresso nesses cursos, faz-se necessário compreender as tendências e identificar o impacto entre os diferentes tipos de instituições de educação superior, bem como entre as modalidades presencial e a distância.

Quadro 2 - Número de Ingresso em cursos de Licenciatura no Brasil

Ano	Total de Ingresso nas Instituições Públicas	Total de Ingresso nas Instituições Privadas	Ingresso Presencial Instituições Públicas	Ingresso Presencial Instituições Privadas	Ingresso a distância Instituições Públicas	Ingresso a distância Instituições Privadas
2017	186.613	462.524	130.214	126.374	56.399	336.150
2018	174.697	532.351	137.847	113.615	36.850	418.736
2019	159.556	572.126	136.620	109.132	22.936	462.994
2020	150.941	544.849	117.696	68.463	33.245	476.386
2021	126.631	479.898	104.153	34.459	22.478	445.439
2022	134.786	654.329	104.918	41.069	29.868	613.260
2023	160.083	667.202	112.340	43.614	47.743	623.588

Fonte: Censo da Educação Superior, (BRASIL, 2023).

Considerando os dados apresentados, a primeira informação que chama atenção é a diminuição de 14,2% no número de ingressantes em instituições públicas, de 2017 para 2023, enquanto as instituições privadas computam um aumento de 44,3% nesse mesmo período. Pode-se observar, também, que o número total de ingressantes em cursos de licenciatura em instituições privadas é significativamente maior do que o número de ingressantes em instituições públicas, correspondendo a 71,3% do total dos ingressantes em 2017, enquanto em 2023 passou a representar 80,6% dos ingressantes. Além disso, o ingresso em cursos EaD nas instituições privadas corresponde a 85,6% do total de ingressantes nessa modalidade, em 2017, passando para 92,9%, em 2023.

Um ponto curioso a se destacar é o aumento percentual de ingressantes na modalidade presencial, em cursos de licenciatura de instituições públicas, de 2017 para 2023, passando de 50,7% para 72%. Contudo, esse aumento não se deu em razão do aumento no número de ingressantes, mas sim, pela diminuição do número de ingressantes nas instituições privadas, nessa modalidade.

Outro aspecto relevante a ser citado diz respeito ao ano de 2021, quando todos os indicadores de ingresso apresentaram queda, tanto no setor público quanto no privado. Essa redução pode estar associada aos impactos da pandemia de COVID-19, que afetou de maneira significativa o sistema educacional brasileiro como um todo. Observa-se que a partir de 2022

ocorre uma retomada no crescimento de forma mais robusta do setor privado na modalidade EaD.

No que diz respeito às matrículas, no eixo da formação docente, considerando ainda os dados do censo de 2023, divulgado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, das mais de 1,7 milhões de matrículas em licenciaturas, 67,1% (1.148.576) foram registradas em instituições privadas e 32,9% (562.407) nas públicas. As matrículas em licenciaturas presenciais representaram 80,3% no universo da rede pública. Já ao analisar somente a rede privada, verifica-se que 90% das matrículas foram em cursos EaD. (INEP, 2024).

Percebe-se pelo cenário dos últimos anos que apesar da existência de políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso à educação superior, os cursos de licenciatura ofertados por instituições de educação pública ainda não alcançam o nível de atratividade esperado, o que demanda uma análise acerca dos fatores que desestimulam a busca por essas instituições. Nesse sentido, torna-se necessário compreender os elementos que contribuem para a baixa procura por vagas em instituições públicas e repensar estratégias que promovam o ingresso e a permanência dos estudantes, especialmente na formação docente, considerando que a baixa demanda compromete diretamente o preenchimento das vagas disponíveis nesses cursos.

Considerando a ocupação de vagas, Sousa (2010) entende que a definição do número de vagas ociosas se dá pela diferença entre a quantidade de vagas que as instituições de ensino superior têm autorizada para oferecer e o número de estudantes que ingressam nessas instituições a cada ano.

O acesso ao ensino superior é um conceito multidimensional, e os estudos destacam sua complexidade para além da simples disponibilidade de vagas. A permanência dá sentido ao acesso, configurando a continuidade da trajetória de formação; a expansão tem relação (e impacto) com o acesso na proporção do crescimento quantitativo [...] e das suas características (ensino público/gratuito, organização acadêmica, curso, avaliação/qualidade). De igual forma, poder-se-ia mencionar outros fenômenos distintos, mas a eles articulados, como financiamento e evasão. Tais afirmações convergem para a afirmação de que o acesso não comporta uma explicação isolada ou descontextualizada (Silva; Veloso, 2010, p. 222).

A redução do números de ingressantes em instituições públicas, pode estar relacionado ao fenômeno das vagas ociosas que é, portanto, uma realidade de múltiplas causas que se entrelaçam de forma complexa e não se esgotam nas elencadas a seguir (ALMEIDA, 2015): a) Decisão de mercado por parte das instituições em criar uma espécie de reserva de vagas, que não serão necessariamente preenchidas; b) Incapacidade intelectual da maioria dos alunos originários da escola pública; c) Incapacidade financeira de boa parte da população brasileira; d) Falta de efetividade dos níveis básicos de ensino em preparar esse aluno para o nível superior. O crescimento de um nível de ensino depende do crescimento do nível abaixo dele.

Dentre outras suposições relacionadas ao tema, (GATTI, 2019) aponta: (a) a precarização da carreira docente, com salários e condições de trabalho pouco competitivas; (b) a concorrência com a flexibilidade do EaD privado, que atende a um perfil de aluno-trabalhador; e (c) a desconexão entre os currículos das licenciaturas presenciais e as demandas reais da educação básica.

Entende-se ainda que a ociosidade das vagas no setor público esteja também relacionada a dois problemas que se ligam a evasão dos cursos de graduação, que consiste no abandono do curso, da instituição ou mesmo do sistema de educação superior, por razões diversas; e o SISU, que, apesar de promover o acesso, pode estar contribuindo para o aumento do abandono, seja pelo fato de os estudantes fazerem escolhas inadequadas, ou por mudarem de cidade ou mesmo ainda de unidade da federação para realizar seus estudos, mas não terem condições socioeconômicas para se manter distante do apoio das famílias (ROSA, 2013).

Outro fenômeno relevante na dinâmica acadêmica, são os índices de evasão na educação superior, que vem se mostrando crescente nos últimos anos. Em se tratando do cenário das licenciaturas, de acordo com Aníbal (2013), o índice de evasão nas licenciaturas é considerado alto em todo o país, sendo que 41,7% dos alunos de licenciatura não chegam a se formar e a cada ano, 16,5%, em média, desistem do curso. A remuneração é um dos fatores que mais espantam os candidatos a professor da educação básica. Conforme especialistas, a baixa remuneração não só desestimula os alunos de licenciaturas a seguirem nos cursos, mas faz com que migrem para outras áreas ou à iniciativa privada (apud GERBA, 2014, p. 63).

De acordo com dados divulgados pelo INEP, apenas 38% dos estudantes de cursos de licenciatura matriculados em instituições federais concluíram os estudos de forma presencial. Nos cursos de matemática e ciências da natureza, esse índice cai para 30% e 34%, respectivamente. (INEP, 2021)

Diante do exposto, cabe-se destacar que a evasão acadêmica permanece como um dos principais desafios enfrentados pela educação superior no Brasil, com implicações que extrapolam o percurso individual dos estudantes e atingem diretamente a gestão institucional, a alocação de recursos e a qualidade do processo formativo. A literatura tem evidenciado que a decisão de abandonar os estudos decorre de múltiplos fatores, envolvendo tanto dimensões subjetivas quanto estruturais. As consequências desse fenômeno impactam não apenas a trajetória educacional e pessoal dos acadêmicos, mas também comprometem o papel social das instituições de ensino e os avanços educacionais do país. Assim sendo, compreender e enfrentar a evasão demanda estratégias integradas e políticas públicas eficazes, comprometidas não apenas com a promoção do acesso, mas sobretudo associadas com a permanência e com a conclusão do estudante em seu percurso acadêmico.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem característica qualitativa, realizada através de um estudo de caso com análise quantitativa de dados públicos, que tem por objetivo analisar a dinâmica acadêmica dos cursos superiores presenciais de licenciatura ofertados pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A análise fundamenta-se em dados secundários referentes ao número de: vagas ofertadas, inscritos, ingressantes, matrícula e concluintes, extraídos dos microdados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), tratando-se de uma base de dados criada em março de 2018 e que fornece informações de indicadores acadêmicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT).

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. (YIN, 2015, p.40).

Dentro do escopo dos indicadores pesquisados, a referência metodológica trazida pela PNP nos mostra os seguintes conceitos:

- Vagas: Corresponde às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, por meio de processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU ou outras formas de ingresso, no ano de referência.
- Inscritos: Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.
- Ingressantes: Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência e tem seu registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).
- Matrícula: Corresponde ao aluno que esteve com sua matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência, independentemente do tipo ou modalidade do curso. Um aluno pode ter mais de uma matrícula nesse período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.

- **Concluintes:** É o somatório dos alunos Formados com os Integralizados em Fase Escolar no ano de referência. O conceito de Integralizado em fase escolar, corresponde aos alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares de um curso no ano de referência, mas não concluíram todos os componentes curriculares (Estágio, Trabalho de conclusão de curso (TCC), Extensão e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). (PNP. 2021)

Esta investigação considera o período de 2017 a 2023, que corresponde às edições de dados publicados pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP). O recorte temporal foi definido com base na disponibilidade dos dados desde a primeira edição da PNP, publicada em 2018 com informações referentes ao ano-base 2017, até a edição mais recente, de 2024, com dados do ano-base de 2023. Esse intervalo permite avaliar a variação da dinâmica acadêmica no período, incluindo possíveis impactos decorrentes da pandemia de COVID-19.

Ademais, a seleção dos dados concentrou-se nos cursos superiores de licenciatura do IFSC, considerando a sua relevância institucional, regulamentada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual prevê para os Institutos Federais, em cada exercício, a obrigatoriedade da oferta de no mínimo, 20% de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

A presente pesquisa concentra-se nos cursos ofertados na modalidade presencial, em razão do interesse de avaliar a dinâmica acadêmica no ambiente institucional. Diferentemente da modalidade à distância, os cursos presenciais apresentam especificidades operacionais que se caracterizam pela interação direta entre estudantes e os diversos elementos da estrutura institucional, tais como: o corpo docente, o suporte pedagógico, a estrutura física, as atividades de formação prática e laboratórios, por exemplo.

Na modalidade presencial, o IFSC possui os seguintes cursos de licenciatura:

Quadro 1 - Cursos pesquisados

Curso	Câmpus
Licenciatura em Física	Jaraguá do Sul - Centro
Licenciatura em Física	Araranguá
Licenciatura em Química	Criciúma
Licenciatura em Química	São José
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras-Português)	Palhoça Bilíngue

Fonte: Elaborado pela autora com base em (IFSC, 2025).

Os dados coletados serão apresentados a partir de gráficos, permitindo melhor visualização das informações pesquisadas. No caso de cursos com a mesma denominação, as informações foram agrupadas em um único gráfico para melhor visualização e análise. Os gráficos estão organizados em duas categorias: a primeira apresentará os dados referentes às vagas, aos inscritos e aos ingressantes e a segunda categoria trará as informações relativas às matrículas e aos concluintes. Na interpretação dos resultados será identificado o comportamento e as variações dos indicadores na dinâmica acadêmica dos cursos, trazendo subsídios para reflexões sobre os desafios, tanto no acesso, quanto na permanência e êxito dos estudantes na conclusão dos cursos de licenciatura presenciais no âmbito do IFSC.

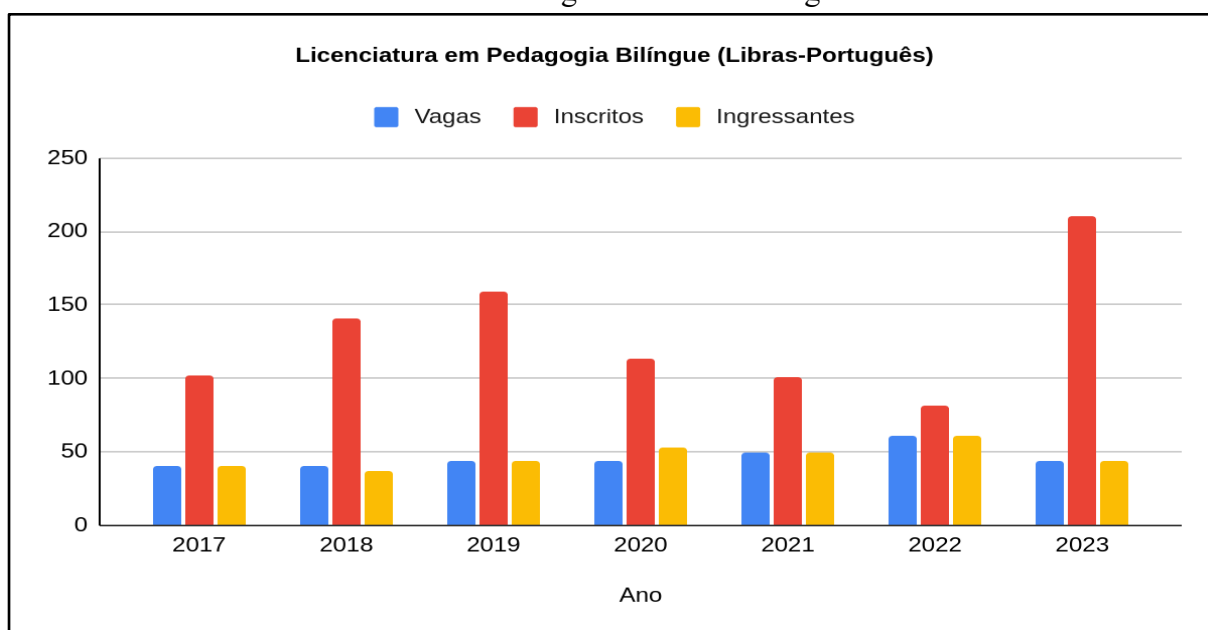
4. PANORAMA DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

4.1 RESULTADOS

Os referenciais adotados para a análise contemplam dados relacionados ao acesso aos cursos de licenciatura no contexto do IFSC, oferecendo subsídios para avaliar a atratividade dos cursos e a eficiência no preenchimento das vagas ofertadas. Além disso, incluem informações sobre matrículas e concluintes, fornecendo elementos que possibilitam a análise da permanência, retenção e evasão dos estudantes ao longo dos cursos.

Os gráficos 1 e 2 apontam os dados do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Libras-Português), ofertado no Câmpus Palhoça, localizado na região da Grande Florianópolis.

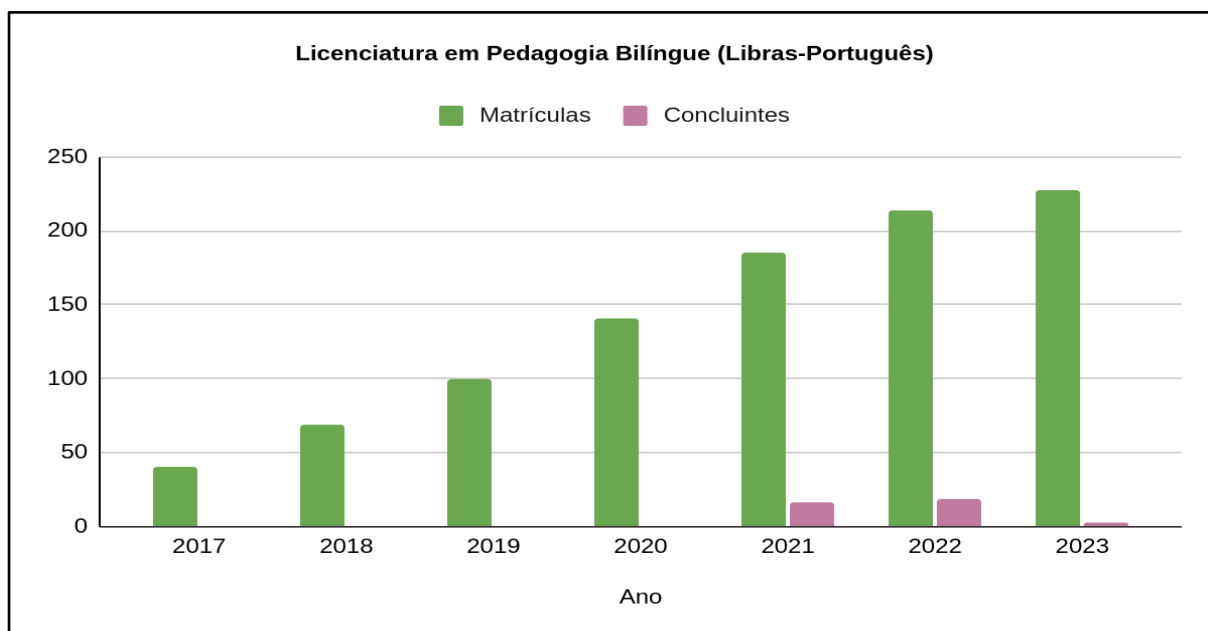
Gráfico 1 - Vagas x Inscritos x Ingressantes.



Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

Observa-se que o número de vagas ofertadas manteve-se estável no início da série histórica, com um leve incremento nos anos de 2021 e 2022, sugerindo um planejamento institucional em relação ao dimensionamento da capacidade de oferta do curso. Quanto aos inscritos, registram-se oscilações significativas com destaque para os anos de 2019 e 2023, nos quais a demanda superou em três a quatro vezes o número de vagas disponíveis, evidenciando um elevado grau de interesse e demanda pelo curso em toda a série histórica analisada. Por fim, no que se refere aos ingressantes, constata-se a estabilidade na ocupação das vagas ofertadas, denotando eficiência no processo de ingresso e índice satisfatório na efetivação de matrículas.

Gráfico 2 - Matrículas x Concluintes.



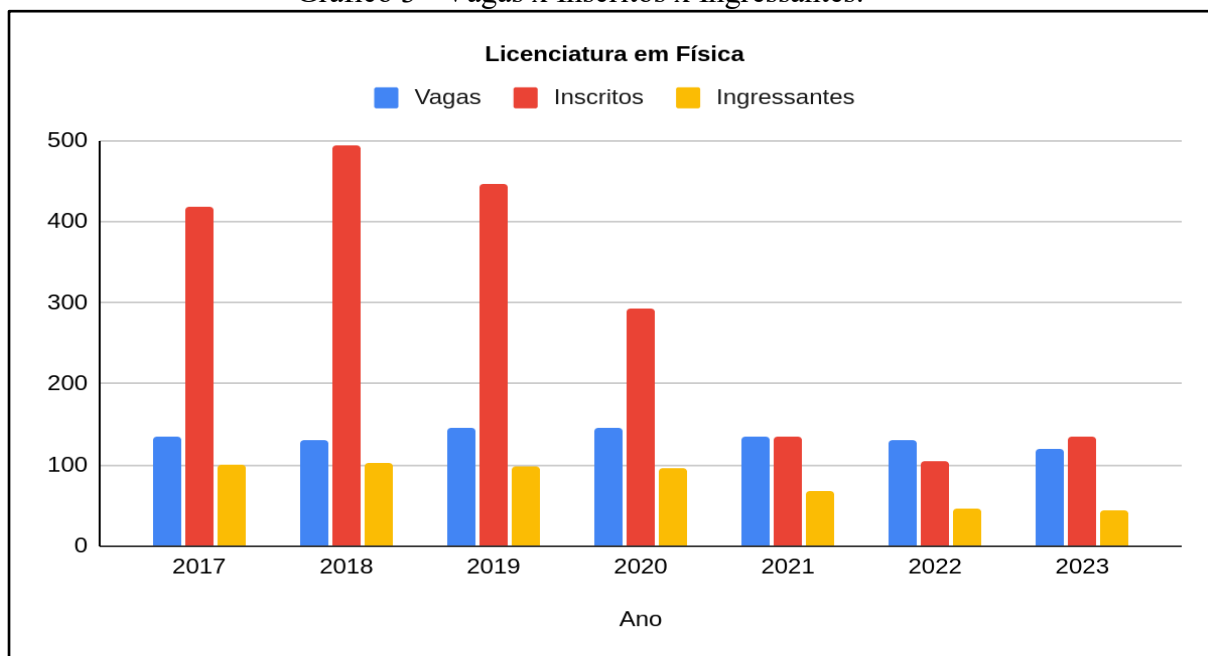
Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

O gráfico evidencia um crescimento progressivo no volume de matrículas desde a implementação do curso, no semestre 2017.1, cuja estrutura curricular prevê duração total de oito semestres. Entretanto, os primeiros concluintes deveriam aparecer no semestre 2020.2, porém os registros indicam a ausência de concluintes nesse período, o que pode sugerir algum efeito associado à pandemia de COVID-19 neste ano.

A partir de 2021 observa-se o registro de concluintes no curso, embora em quantitativo reduzido em comparação ao total de matrículas no mesmo ano, o que também ocorre em 2022, o que pode sugerir um elevado número de retenção por trancamentos de matrícula ou reprovação, por exemplo. Já no de 2023, destaca-se uma queda acentuada no número de concluintes, embora seja o ano que tenha o mais expressivo número de matrículas, considerando ainda que a demanda ingressante atingiu o quantitativo de vagas ofertadas. Essa baixa pode sugerir um alto índice de retenção ou de evasão, visto que o número de concluintes diminuiu significativamente em relação aos anos anteriores.

Os próximos dados apresentados nos gráficos 3 e 4 são relativos ao Curso de Licenciatura em Física, ofertado em dois câmpus do IFSC, Araranguá e Jaraguá do Sul (Centro), localizados nas regiões Sul e Norte do estado de Santa Catarina, respectivamente.

Gráfico 3 - Vagas x Inscritos x Ingressantes.



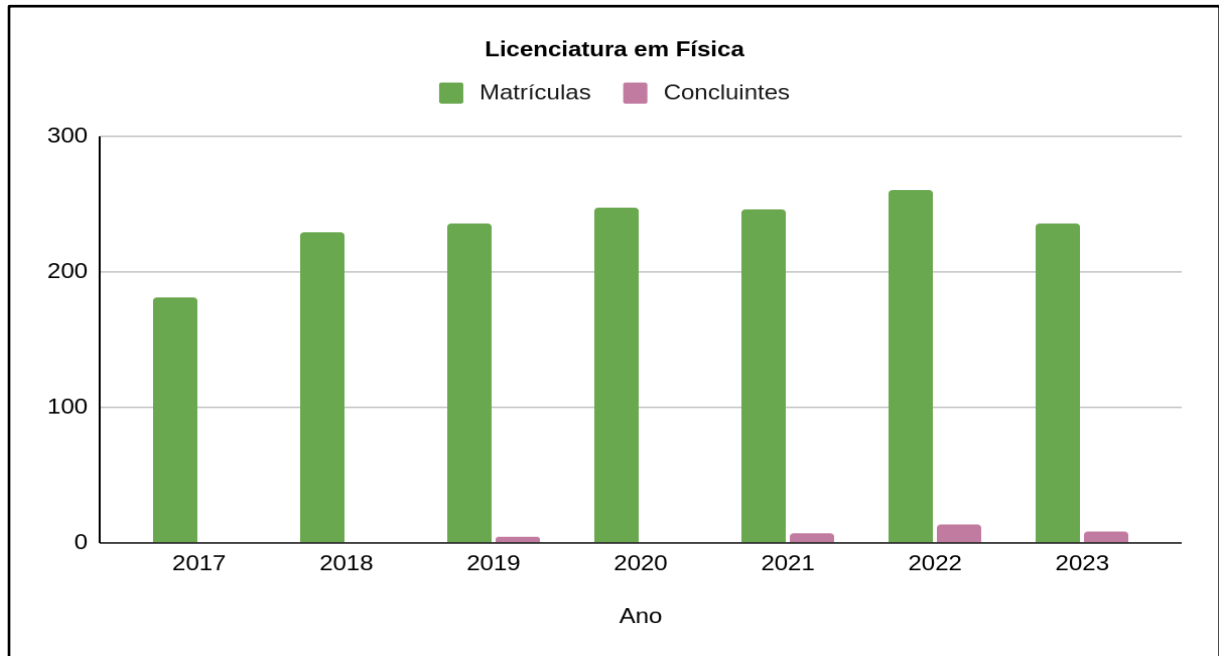
Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

A análise da série histórica evidencia uma certa estabilidade no quantitativo de vagas ofertadas, o que denota um planejamento institucional contínuo quanto à abertura de novas turmas. Referente ao número de inscritos nos primeiros anos analisados até o ano de 2020, percebe-se que o número ultrapassa consideravelmente a quantidade de vagas ofertadas, indicando expressiva demanda e elevada procura pelo curso. No entanto, a partir de 2021 identifica-se um declínio expressivo no número de inscrições, destacando-se o ano de 2022 que apresenta-se inferior ao número de oferta de vagas, sugerindo uma possível perda de atratividade do curso. Fato este, que pode também estar vinculado aos efeitos causados pela pandemia do COVID-19.

Quanto ao número de ingressantes, este manteve-se em patamares abaixo do número de vagas ofertadas durante todo o período analisado, porém, com certa estabilidade entre 2017 e 2020. A partir de 2021 o número de ingressantes apresentou queda, chegando a representar menos de cinquenta por cento da capacidade de vagas ofertadas, sugerindo desistência precoce por parte dos inscritos, ou seja, sobram vagas no curso antes mesmo da efetivação das matrículas.

Além disso, os dados indicam que, apesar de o curso manter sua estrutura de vagas, há um esvaziamento crescente por parte da demanda, que pode estar relacionado a vários fatores, dentre eles: percepção do mercado de trabalho, dificuldades na aprendizagem dos conteúdos, mudanças nas política institucionais ou desmotivação dos estudantes do ensino médio para essa área.

Gráfico 4 - Matrículas x Concluintes.



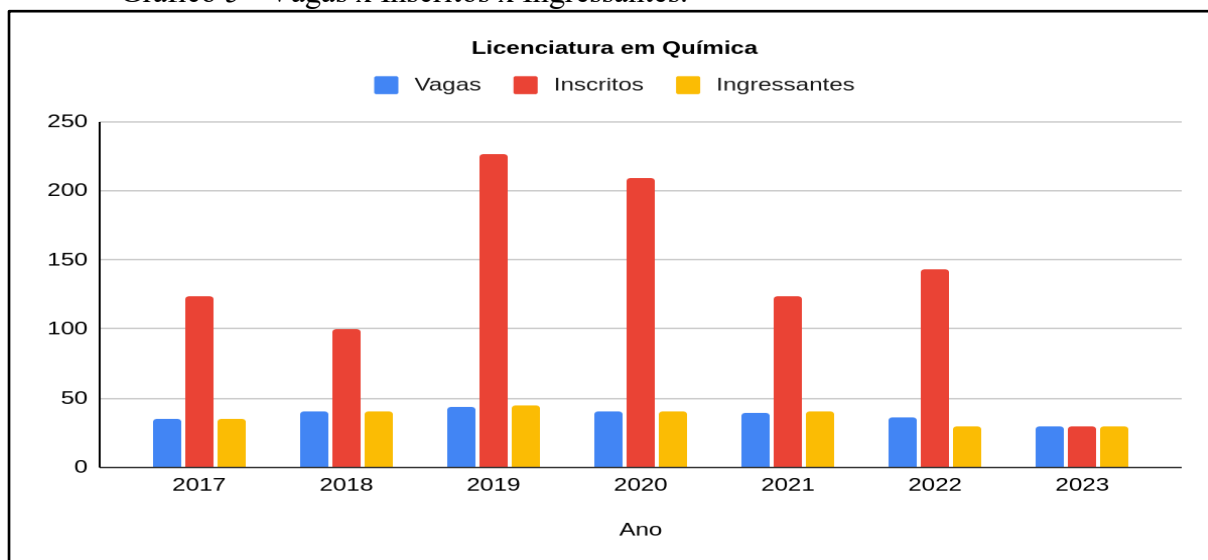
Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

Analisando-se o gráfico 4, percebe-se que o volume de matrículas manteve-se relativamente estável ao longo de todo período analisado. Contudo, a taxa de conclusão do curso revelou-se bastante reduzida, permanecendo consistentemente baixa ao longo da série histórica.

Destaca-se, inclusive, que nos anos de 2017, 2018 e 2020 não houve registro de estudantes concluintes, destaca-se o ano de 2020, quando ocorreu a pandemia do COVID-19 que pode ter agravado as dinâmicas acadêmicas neste ano. Esse dado sugere também, que pode existir uma taxa significativa de retenção, que pode ocorrer em razão de reprovações sucessivas, por exemplo, o que acarreta desestímulo e maior tempo de permanência dos estudantes no curso, comprometendo o êxito acadêmico. Outro fator que as informações sugerem, é que o índice de evasão se configura como um fator preocupante, podendo estar em níveis bastante elevados no curso.

Os gráficos 5 e 6 demonstram os dados do Curso de Licenciatura em Química, que é ofertado em dois câmpus, São José e Criciúma, cidades localizadas na região da grande Florianópolis e na região Sul do estado de Santa Catarina, respectivamente.

Gráfico 5 - Vagas x Inscritos x Ingressantes.

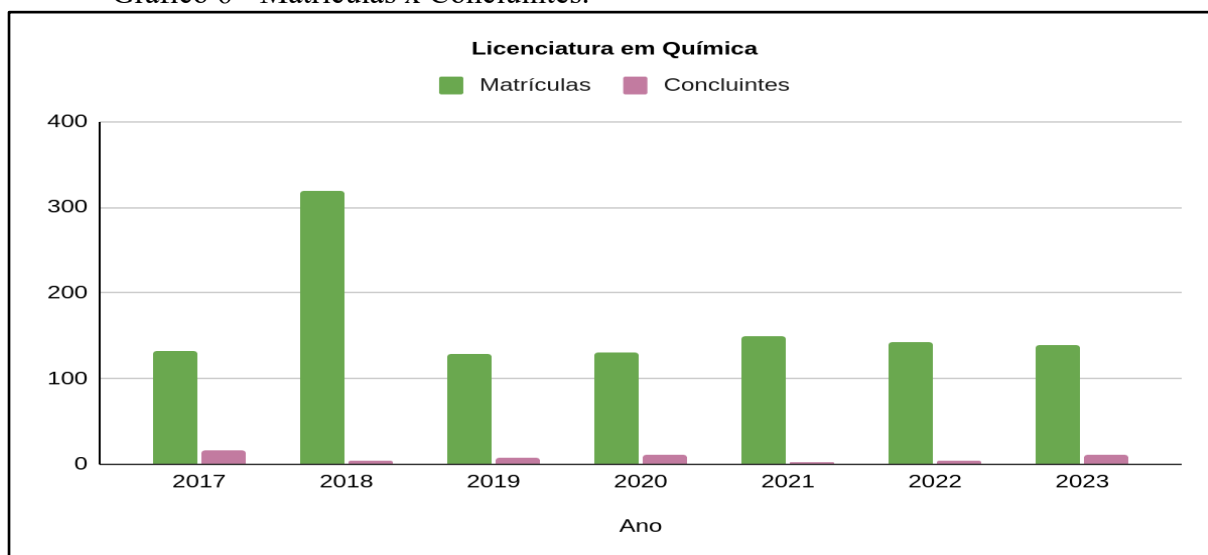


Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

Ao longo de todo o período analisado, o número de vagas e ingressantes manteve-se estável, o que sugere uma política institucional consistente em relação à capacidade de oferta do curso e ao processo de ingresso. Em relação ao quantitativo de inscritos demonstrou variações expressivas, apresentando-se em patamares que indicam uma alta demanda de busca pelo curso, principalmente nos anos de 2019 e 2020, com um número consideravelmente superior ao total de vagas ofertadas, demonstrando uma boa visibilidade e atratividade do curso. Contudo, no ano de 2023, observou-se um declínio expressivo no número de inscritos, que se nivelou aos patamares de vagas e de ingressantes, o que pode significar alguma distorção na base de registro dos dados ou refletir uma queda de procura e interesse pelo curso.

Em se tratando do número de ingressantes, mantém-se estável ao longo de toda a série histórica, demonstrando boa cobertura no preenchimento das vagas. Entretanto, observa-se uma ligeira queda registrada no ano de 2022, sinalizando que o curso não preencheu a totalidade de suas vagas, mesmo diante de um elevado número de candidatos inscritos, isso pode demonstrar baixa eficiência no processo de ingresso e matrícula.

Gráfico 6 - Matrículas x Concluintes.



Fonte: Elaborado pela autora com base em (PNP, 2025).

No que se refere ao número de matriculados, observa-se relativa estabilidade ao longo dos anos analisados, com destaque para o ano de 2018, que apresentou um crescente volume de matrículas superior ao dobro do registrado nos demais anos. Na sequência em 2019, houve uma queda significativa no número de matrículas, o que pode sinalizar fragilidades relacionadas à permanência estudantil e à evasão. Na sequência dos anos o cenário de matrículas apresenta estabilidade, entretanto, o baixo número de concluintes, recorrente em toda a série histórica analisada — inclusive no ano de maior volume de matrículas — evidencia limitações na capacidade do curso de reter e formar seus estudantes de maneira efetiva, mesmo o curso apresentando um bom desempenho inicial em termos de ingresso.

5. CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas, conclui-se que existe uma certa estabilidade no preenchimento das vagas ofertadas nos cursos, exceto no curso de Física. Um fator notadamente comum nos cursos pesquisados, é a indicação de uma alta taxa de retenção e/ou evasão, que pode ser compreendida pela relação entre o número de matrículas e o reduzido quantitativo de concluintes por ano. Destaca-se os resultados do curso de Licenciatura em Física, que além de não preencher o total das vagas ofertadas pelos ingressantes ao longo da série pesquisada, mesmo nos anos em que o número de inscritos superou a oferta de vagas, percebe-se ainda que vem registrando uma gradual redução no número de inscritos ao longo dos últimos anos, demonstrando que o curso vem perdendo atratividade ao longo dos anos.

Diante do cenário e resultados apresentados, fica evidente que a formação de formadores por meio das licenciaturas no Brasil enfrenta desafios complexos e multifacetados, tornando urgente para as instituições públicas a busca por estratégias que visem garantir condições mais eficazes no que diz respeito à atratividade dos cursos, a permanência dos estudantes e o alcance do êxito no percurso acadêmico nesses cursos.

Um aspecto que pode favorecer as políticas de acesso e promover a atratividade dos cursos de licenciatura, são ações de promoção e articulação entre as instituições de educação superior com as instituições das redes públicas e privadas de educação básica. Esse movimento além de contribuir para a aproximação dos estudantes da educação básica com o ambiente universitário, favorece a percepção da educação superior como uma continuidade natural dos estudos, para esses estudantes, além de ser vista como uma oportunidade concreta de crescimento pessoal e profissional.

Essa integração entre as instituições além de contribuir para a ampliação da ocupação das vagas na educação superior, contribui também para o fortalecimento do processo formativo, pois ao vivenciarem experiências mais próximas das instituições formadoras, os estudantes passam a se reconhecer como sujeitos capazes de ingressar no ensino superior público. O fortalecimento do diálogo entre as instituições constrói um vínculo capaz de proporcionar adequações das políticas e ações institucionais que proporcionem trajetórias formativas mais atrativas e contextualizadas com a realidade educacional brasileira. No caso específico dos cursos de licenciatura, essa aproximação também possibilita que visualizem a docência como uma trajetória profissional possível e viável, tendo nas instituições públicas uma referência concreta para sua formação profissional.

Para além do ingresso, um dos maiores desafios para as políticas institucionais e para os cursos de licenciatura é a permanência dos estudantes até a conclusão da formação. Sendo o fenômeno da evasão considerado um dos principais entraves no trajeto formativo, visto a complexidade de possibilidades e fatores, que podem abranger desde a falta de identificação com o curso, reprovações sucessivas, projetos pedagógicos pouco atrativos, acompanhamento pedagógico insuficiente, questões de ordem pessoal, dificuldades econômicas, a percepção de

desvalorização da carreira docente, até a concorrência com cursos à distância oferecidos por instituições privadas, por exemplo.

Diante dos resultados apresentados, conclui-se que a pesquisa suscita e evidencia a necessidade de que novos estudos aprofundem a investigação das causas e fatores associados à baixa procura por determinados cursos de licenciaturas que vem se acentuando nos últimos anos, o baixo número de concluintes nos cursos e os fatores de evasão e retenção associados a esses cursos. Esses estudos poderão subsidiar a estruturação e formulação de políticas e ações institucionais que promovam maior atratividade para ocupação das vagas ofertadas, a permanência estudantil, e por consequência, a conclusão do percurso formativo.

Por fim entende-se necessário repensar estratégias institucionais e políticas públicas que articulem, de forma integrada, o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura. E que seja percebida a importância de enfrentar a evasão, não apenas para garantir que os estudantes tenham a oportunidade de concluir seus cursos, alcançando seu potencial pleno e contribuindo de maneira significativa para a sociedade, mas também para assegurar a sustentabilidade das instituições públicas de educação superior e o cumprimento dos seus objetivos e de suas finalidades legais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvana Santos. *Vagas ociosas no ensino superior brasileiro: uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e suas repercussões nos anos posteriores*. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136101>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Santa Catarina. IFSC. Disponível em: <https://ifsc.edu.br/en/licenciatura>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Santa Catarina. IFSC. Disponível em: <https://ifsc.edu.br/en/pdi>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Número de ingressos total em cursos de graduação, por modalidade de ensino e categoria administrativa, segundo o grau acadêmico – Brasil – 2013-2023 - Tabela 3.04*. Censo da Educação Superior (INEP). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2023.xls. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Inep divulga resultado do Censo da Educação Superior 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 30 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha – PNP. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 6 maio 2025.

DIAS SOBRINHO, J. *Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão*. Educar em Revista, Curitiba, n. 38, p. 15–32, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019. 351 p. ISBN 978-85-7652-239-3.

GERBA, Raphael Thiago. *Análise da evasão de alunos nos cursos de licenciatura: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina*. 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro

Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2014.

ROSA, Chaiane de Medeiros. *Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. Poiesis Pedagógica*, Catalão-GO, v. 11, n. 1, p. 168–188, jan./jun. 2013.

SILVA, Maria das Graças Martins; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. *Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. Série-Estudos*, v. 30, n. 2, p. 221–235, jul./dez. 2010.

SOUSA, J. V. *Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003–2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado*. 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/AUMENTODEVAGAS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. *Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais*. *Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 224–250, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v51n37/0102-7735-eq-51-37-0224.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, p.17. 2015. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Estudo_de_Caso_5_Ed/EtOyBQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=YIN,+Robert+K.+Estudo+de+caso:+planejamento+e+m%C3%A9todos.+5.+ed.+Porto+Alegre:+Bookman,+2015.&printsec=frontcover. Acesso em: 21 abr. 2025.